

SEGURANÇA PÚBLICA III EM XEQUE

Aposentadoria esvazia a Polícia Civil

Pedidos em 2017 superam a soma dos últimos 3 anos e põem corporação sob risco em Campinas

Alenita Ramirez
Da Agência Anhanguera
alenita.jesus@rac.com.br

O número de pedidos de aposentadoria de policiais civis em Campinas disparou nos primeiros nove meses de 2017 em relação aos últimos anos. Foram feitos, até a última semana, 41 solicitações — número semelhante à soma das requisições de 2014, 2015 e 2016, que totalizam 43 casos. Dos 41 pedidos de 2017, já foram concedidas aposentadorias para 28.

Os números preocupam o comando da Polícia Civil na cidade. Eles representam cerca de 8% de todo o efetivo em atuação hoje, que é de 520 agentes — em cargos como delegado, investigador, escrivão, perito criminal e cargos administrativos.

O esvaziamento, no entanto, não ocorre apenas em Campinas. Em todo o Estado, até 7 de setembro, o número de pedidos de aposentadoria já superou o volume de

Solicitações de baixa somam cerca de 8% do efetivo na cidade

todo ano passado. Foram 1.089 solicitações, contra 1.087 registradas durante todo o ano de 2016, segundo um levantamento inédito feito pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp).

De acordo com o estudo, esse déficit é agravado pelo número de exonerações e falecimentos: até o dia 7 de setembro, 248 policiais deixaram a instituição por motivos variados — outros 65 morreram. Somente este ano, a Polícia Civil paulista teve uma baixa de 1.402 servidores.

“Existe uma ausência de reposição dos quadros da Polícia Civil. O último concurso foi realizado em 2012, mas até hoje os aprovados não foram nomeados. O nosso déficit é de 9.444 mil policiais. Tinha que ter ao menos duas nomeações por ano para minimizar esse déficit. A população cresceu consideravelmente no estado de São Paulo, mas o número da Polícia Civil não acompanhou esse crescimento. Ao longo dos anos, muitos policiais se aposentaram, outros morreram. Houve um processo natural de encolhimento, mas não houve uma correção por parte do governo”, disse a presidente do Sindpesp, Raquel Kobashi Gallinati.

Em 2014, a Polícia Civil campineira registrou apenas três pedidos de aposentadoria. No ano seguinte foram 21, e no ano passado, 16. Os policiais que já pediram aposentadoria neste ano, e ainda não aguardam parecer, esperam a resposta em casa. Os dados não consideram os policiais que estão afastados — número não informado.

Governador

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) usa a lei da aposentadoria compulsória para explicar o déficit no quadro da Polícia Civil no Estado. A lei federal foi publicada em maio de 2014 e estabelece que o servidor público teria que se aposentar obrigatoriamente

SAIBA MAIS

DEINTER 2 - CAMPINAS:

Cargos necessários: 713
Cargos preenchidos: 424
Cargos vagos: 289
Déficit: 40,6%

Fonte: SINDPESP



Inquéritos acumulados em delegacia de Campinas, onde o efetivo da Polícia Civil tem um déficit de 40% e a infraestrutura da corporação é falha

SAIBA MAIS

Carreira	Cargos Existentes	Cargos ocupados em julho / 17	Cargos vagos em Julho / 17
Delegado	3.463	2.778	685
Escrivão	8.912	6.146	27.766
Investigador	11.957	8.544	31.413
Agente pol	2.938	2.188	750
Agente Tel	2.431	1.761	670
Papiloscopista	875	648	277
Aux Papiloscopista	1.317	962	227
Carcereiro	5.379	2.626	2.753
Médico Legista	773	457	316
Auxiliar de Necro	489	357	132
Atendente Necro	519	311	208
Perito	1.735	1.119	616
Fotógrafo	871	607	264
Desenhista	253	173	80
TOTAL	41.912	28.677	13.235



mente aos 65 anos. Até então, não havia limite de idade. Na época da publicação da lei, segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis da Região de Campinas (Sindpol), Aparecido Lima de Carvalho, cerca de 1,6 mil policiais civis paulistas foram aposentados.

Esta lei causou polêmica, inclusive entre os magistrados, e em dezembro de 2016 ela foi revogada, ampliando em 10 anos o tempo para aposentadoria. No entanto, segundo Carvalho, o que provocou uma corrida de policiais civis pela aposentadoria neste ano foi a Reforma na Previdência. “A aposentadoria compulsória não é mais problema. Hoje o que pega é a PEC da Previdência, que tira os direitos já consagrados na Constituição e em lei aos policiais civis”, disse Carvalho.

Envelhecida

Além dos cortes de benefícios por parte da Reforma Previdenciária, a Polícia Civil paulista também sofre com sucateamento e envelhecimento.

Em 2013, o governo estadual extinguiu a Resolução SSP 105, de 12 de julho de 2013, que estipulava o número ideal de policiais para cada delegacia. Hoje, muitas trabalham abaixo do limite. E mais: como não há contratação há anos, segundo dados dos sindicalistas, cerca de 70% dos policiais têm mais de 40 anos.

Ao menos 50% do efetivo já tem a idade necessária para se aposentar. “Há um envelhecimento da instituição e isso torna a Polícia Civil menos produtiva. Devido à idade dos policiais, acima de 50 anos, eles já não conseguem correr como antes, segurar uma pessoa. O ideal é uma faixa etária entre 30 e 50 anos. O policial mais velho traz experiência para ser compartilhada com o mais jovem, mas como não estamos contratando, não há ne-

nhuma troca. Isso é triste, porque não há como treinar um policial em início de carreira tão rápido. Precisa de tempo”, falou Carvalho.

Em Campinas, o delegado mais jovem tem 30 anos e trabalha como plantonista. Já o mais velho está com 66 anos. A idade do investigador mais velho supera aos 60 anos.

O processo de desmantelamento do quadro da Polícia Civil começou há 20 anos, segundo os próprios policiais. “O governo quer exterminar com a Polícia Civil, e isso é um crime. Um crime contra a população, pois a deixa sem investigação. O governo acha que a Polícia Militar (PM) e o Ministério Público (MP) podem investigar. Mas não. A PM é para o policiamento ostensivo, de combate. O MP só apurar os crimes maiores. O de periferia ninguém quer. Não desmereço a PM e nem o MP, mas o governo tem uma visão equivocada da Seguran-

ça Pública. É preciso trabalhar e incentivar a parte de inteligência, que cabe a Polícia Civil”, disse o advogado e especialista em Segurança Pública Ruyrillo Pedro de Magalhães.

Nota oficial

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou que “a pasta trabalha continuamente para reforçar e equipar as polícias paulistas”. A nota cita como exemplo a contratação de 326 policiais civis desde 2011, para a região do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior-2 (Deinter), frisando que investiu R\$ 13,8 milhões na compra de 212 novas viaturas para a região. “Além deles, 742 novos profissionais estão em formação e serão distribuídos para todo o Estado após a conclusão do curso da Acadepol”, diz a nota.

Ainda segundo a SSP, até o fim do ano, novos policiais serão nomeados e haverá abertura de concursos para a Polícia Civil, mas sem citar datas. “No último dia 19 de julho, o secretário Márgino Alves Barbosa Filho recebeu 27 entidades representativas das polícias e detalhou a situação financeira do Estado, em conjunto com integrantes da Secretaria da Fazenda. No entanto, deve-se obedecer aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, para toda contratação, tem que ser observado o seu impacto orçamentário”, diz a nota.

De acordo com a pasta, o esforço da secretaria se somado ao dos policiais civis de Campinas, o que resultou na prisão de 2.786 pessoas por mandado, usando mandados obtidos após o trabalho de polícia Judiciária, de janeiro a julho. Esse número representaria um aumento de 11,8% em relação ao ano passado.

Mesmo com a justificativa da SSP, especialistas garantem que o governo não priorizou e deu a atenção devida à instituição. A maioria dos policiais civis ouvidos pela reportagem discorda desse argumento.

Digitalização pode trazer alívio ao setor

Para o advogado e professor em Direito penal e processual e ex-delegado da Polícia Civil Carlos Henrique Fernandes, é quase impossível recuperar o quadro atual da corporação no Estado de São Paulo.

No entanto, ele defende uma série de medidas que podem trazer alívio à instituição em um momento de crise como o dos dias de hoje.

Uma delas é a elaboração eletrônica dos inquéritos policiais, que hoje são físicos e demandam policiais para sua elaboração, em especial escrivães.

“Basta racionalizar o serviço nas delegacias. A Justiça é informatizada e, se houver esforço do governo para agilizar a migração dos inquéritos físicos para o digital, isso desafogaria a função do escrivão, que perde muito tempo em serviços burocráticos”.

O projeto-piloto de inquéritos policiais digitais foi implantado em Santos, em agosto do ano passado. Em quatro meses, foram digitalizados 4 mil processos. Em Campinas, a digitalização dos processos pela Justiça começou em outubro do ano passado. O objetivo é agilizar o acesso aos documentos, dando celeridade aos processos judiciais. A digitalização é feita em uma sala chamada Central Facilitadora, dentro da Cidade Judiciária. Na época, o promotor Edi Fonseca Lago, coordenador do projeto, disse que com a digitalização, um inquérito com cerca de 200 páginas seria disponibilizado na internet em cerca de 20 minutos. Já pelo modo físico, em papel, a denúncia oferecida pelo MP demoraria em média 10 dias, podendo chegar a meses. A expectativa era digitalizar de 300 a 350 documentos por mês. Na época tramitavam na Justiça campineira aproximadamente 43 mil processos criminais. Só no primeiro semestre de 2016 as delegacias de Campinas produziram 5,4 mil inquéritos.

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou que na região do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 2 (Deinter), a implementação começará em Indaiatuba e Cabreúva, primeiramente com termos circunstanciados e medidas cautelares. A partir de outubro, será expandido para a Seccional de Jundiá. “O mesmo projeto-piloto foi implantado em Santos, Sorocaba e na DDM Oeste da capital. Atualmente, já há 11.466 IPs eletrônicos instaurados nessas unidades, sendo 4.774 flagrantes. O modelo será gradativamente ampliado”, informou. (AR/AAN)